



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas

**TERMO DE REFERÊNCIA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP**

FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE, DESCARGA E MONTAGEM (QUANDO COUBER) DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE AGROPECUÁRIA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, NOS MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, LOCALIZADOS NO ESTADO DA BAHIA.

Setembro/2023



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	4
3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO	6
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE(se for o caso).....	6
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	6
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	7
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	8
8. PROPOSTA FINANCEIRA.....	8
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	9
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	11
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	11
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	12
14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	12
15. FISCALIZAÇÃO.....	13
16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	14
17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	14
18. GARANTIA DOS MATERIAIS	15
19. CONDIÇÕES GERAIS	15
20. ANEXOS.....	15



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Fornecimento, carga, transporte, descarga e montagem (quando couber) de máquinas e equipamentos (**BENS COMUNS**), destinados à implantação de ações no âmbito da agricultura familiar nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia. O valor máximo estimado é de **R\$ 104.460.195,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil, cento e noventa em cinco reais)**. Os itens estão descritos conforme quadro abaixo:

Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL						
Item	CATMAT	Descrição/ Especificações técnicas	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total	Margem de Preferência (%)
1	318712	Trator Agrícola 75 cv – trator agrícola novo, tração 4x4, com potência mínima de 75 CV.	200	R\$ 215.009,54	R\$ 43.001.908,00	90,9
2	318712	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) Trator Agrícola 75 cv – trator agrícola novo, tração 4x4, com potência mínima de 75 CV.	20	R\$ 215.009,54	R\$ 4.300.190,80	9,1
3	482813	Trator Agrícola 105 cv – trator agrícola novo, cabinado, com ar condicionado, tração 4x4, com potência mínima de 105 CV.	18	R\$ 310.452,00	R\$ 5.588.136,00	90
4	482813	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) Trator Agrícola 105 cv – trator agrícola novo, cabinado, com ar condicionado, tração 4x4, com potência mínima de 105 CV.	2	R\$ 310.452,00	R\$ 620.904,00	10
5	463141	Grade Aradora de Controle Remoto - 14 discos de 26 polegadas cada.	198	R\$ 42.108,51	R\$ 8.337.484,98	90
6	463141	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) Grade Aradora de Controle Remoto - 14 discos de 26 polegadas cada.	22	R\$ 42.108,51	R\$ 926.387,22	10
7	463162	Grade Niveladora - com controle remoto, 28 discos de 20 polegadas cada.	90	R\$ 41.841,26	R\$ 3.765.713,40	90
8	463162	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) Grade Niveladora - com controle remoto, 28 discos de 20 polegadas cada.	10	R\$ 41.841,26	R\$ 418.412,60	10
9	463144	Arado Reversível, com pistão, 3 discos de 28".	90	R\$ 25.986,66	R\$ 2.338.799,40	90
10	463144	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) Arado Reversível, com pistão, 3 discos de 28".	10	R\$ 25.986,66	R\$ 259.866,60	10
11	304353	Carreta Agrícola - com capacidade para 6 toneladas, ou superior.	198	R\$ 28.993,38	R\$ 5.740.689,24	90
12	304353	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) Carreta Agrícola - com capacidade para 6 toneladas, ou superior.	22	R\$ 28.993,38	R\$ 637.854,36	10
13	325485	Sulcador (Arado Tipo Haste), de três linhas.	198	R\$ 6.303,89	R\$ 1.248.170,22	90
14	325485	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) Sulcador (Arado Tipo Haste), de três linhas.	22	R\$ 6.303,89	R\$ 138.685,58	10
15	318530	Roçadeira Hidráulica (central e lateral) - com circuito hidráulico independente.	198	R\$ 20.777,39	R\$ 4.113.923,22	90
16	318530	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) Roçadeira Hidráulica (central e lateral) - com circuito hidráulico independente.	22	R\$ 20.777,39	R\$ 457.102,58	10
17	461606 (semelhante)	Carreta tanque nova, 02 eixos, 04 rodas, capacidade mínima de 6.000 litros.	90	R\$ 48.617,79	R\$ 4.375.601,10	90
18	461606 (semelhante)	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) Carreta tanque nova, 02 eixos, 04 rodas, capacidade mínima de 6.000 litros.	10	R\$ 48.617,79	R\$ 486.177,90	10



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

19	270190	PULVERIZADOR AGRÍCOLA DE BARRAS - acoplável ao sistema de terceiro ponto do trator agrícola, com barras de no mínimo 12 metros e capacidade mínima do tanque de 600 litros.	45	R\$ 37.077,76	R\$ 1.668.499,20	90
20	270190	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) PULVERIZADOR AGRÍCOLA DE BARRAS - acoplável ao sistema de terceiro ponto do trator agrícola, com barras de no mínimo 12 metros e capacidade mínima do tanque de 600 litros.	5	R\$ 37.077,76	R\$ 185.388,80	10
21	472281	PLANTADEIRA E ADUBADEIRA DE GRÃOS 4 LINHAS - para plantio direto de grãos.	45	R\$ 61.272,66	R\$ 2.757.269,70	90
22	472281	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) PLANTADEIRA E ADUBADEIRA DE GRÃOS 4 LINHAS - para plantio direto de grãos.	5	R\$ 61.272,66	R\$ 306.363,30	10
23	318721	BATEDEIRA/DEBULHADOR DE CEREAIS TDP - Acoplável na tomada de potência do trator.	45	R\$ 25.668,28	R\$ 1.155.072,60	90
24	318721	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) BATEDEIRA/DEBULHADOR DE CEREAIS TDP - Acoplável na tomada de potência do trator.	5	R\$ 25.668,28	R\$ 128.341,40	10
25	273367	MÁQUINA ENSILADEIRA com produção de 2.500 a 9.000 kg/h ou superior; MOTOR DIESEL de 12 HP ou superior, refrigerado a ar, cilindro vertical, partida elétrica, com polias e correias, montada em um REBOQUE .	198	R\$ 24.958,21	R\$ 4.941.725,58	90
26	273367	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) MÁQUINA ENSILADEIRA com produção de 2.500 a 9.000 kg/h ou superior; MOTOR DIESEL de 12 HP ou superior, refrigerado a ar, cilindro vertical, partida elétrica, com polias e correias, montada em um REBOQUE .	22	R\$ 24.958,21	R\$ 549.080,62	10
27	466138	CONJUNTO TRITURADOR/PICADOR FORRAGEIRO composto de: Motor Diesel ; Triturador Forrageiro ; Picador Forrageiro (para palma, mandacaru de oandioça); montada em um Reboque ; Polias(s) e Correia(s) compatível(is) com motor diesel e específica para o conjunto.	198	R\$ 21.483,11	R\$ 4.253.655,78	90
28	466138	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) CONJUNTO TRITURADOR/PICADOR FORRAGEIRO composto de: Motor Diesel ; Triturador Forrageiro ; Picador Forrageiro (para palma, mandacaru de oandioça); montada em um Reboque ; Polias(s) e Correia(s) compatível(is) com motor diesel e específica para o conjunto.	22	R\$ 21.483,11	R\$ 472.628,42	10
29	610075	Máquina Colhedora/Ensiladeira de Forragem - Acionamento tratorizado por eixo cardan. Produção até 28 ton/h. Opções de corte: 24 (2 a 36mm).	27	R\$ 42.872,08	R\$ 1.157.546,16	90
30	610075	(COTA DESTINADA ME e EPP - 10%) Máquina Colhedora/Ensiladeira de Forragem - Acionamento tratorizado por eixo cardan. Produção até 28 ton/h. Opções de corte: 24 (2 a 36mm).	3	R\$ 42.872,08	R\$ 128.616,24	10
VALOR TOTAL					R\$ 104.460.195,00	

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os bens acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Juazeiro, Bahia, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CATSERV – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos sem fabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais sem fabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. FORMA DE FORNECIMENTO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 Forma de realização: forma eletrônica, por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores. O presente pregão eletrônico reger-se-á pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto nº 10.024/2019, no ambiente eletrônico, especificamente no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2 Modo de disputa: ABERTO, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,2 %), do valor dos itens 1, 2, 3 e 4; restando os demais itens com intervalo mínimo de diferença entre os lances de (0,5 %) que incidirão tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. Art. 14, Inciso III do Decreto 10.024/2019.

3.3 Forma de Fornecimento: Fornecimento Parcelado.

3.4 Critério de julgamento: Menor Preço, de acordo com o Art. 7 do Decreto nº 10.024/2019.

3.5 Valor estimado: Público.

4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE

4.1. Os equipamentos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada no seguinte endereço: Avenida Comissão do Vale, s/nº, Bairro Piranga, CEP: 48.900-056, Município de Juazeiro, Estado da Bahia.

4.2. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto(s) deste Termo de Referência devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

5.1. O objeto do presente Termo de Referência compreende o fornecimento de tratores e implementos agrícolas, bem como os testes, manuais de montagem e uso, a carga, o transporte, a descarga e montagem (quando couber) dos equipamentos mecânicos, conforme descritos no item 1 deste documento.

5.2. A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas – Anexos II e III deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observadas criteriosamente pelas licitantes.

5.3. A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga e montagem (quando couber) dos equipamentos e máquinas a serem adquiridos, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida (até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos itens a serem entregues.

5.4. A descarga e montagem (quando couber) dos equipamentos no local indicado é de responsabilidade da licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

5.5. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste Termo de Referência devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.

5.6. Todo o transporte deve ser acompanhado pelo fabricante/fornecedor que deverá manter no local indicado para a entrega, um técnico para acompanhar junto com a fiscalização da Codevasf, a descarga dos itens a serem fornecidos objeto deste Termo de Referência, bem como realizar junto com a fiscalização a conferência, recebimento dos equipamentos e verificação de possíveis avarias.

5.7. Todo carregamento deverá ser acompanhando dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

5.8. Os custos do técnico (transporte aéreo, hospedagem, diárias e deslocamentos), serão por conta do fabricante/fornecedor.

5.9. No ato do desembarque de cada lote de equipamentos fornecidos, a licitante vencedora deverá convocar a CODEVASF para inspeção e testes, a qual deverá verificar a qualidade dos objetos em questão e aceitar ou não o fornecimento dos mesmos.

5.10. O custo com a equipe de inspeção da Codevasf não deverá fazer parte da composição dos custos dos fornecimentos, sendo essa despesa de exclusiva competência da contratante.

5.11. O(s) fabricante(s) dos bens descritos nos itens 1, 2, 3 e 4, na data da assinatura do(s) Contrato(s), deverá(ão) ter empresa(s) autorizada(s) para prestar assistência técnica da seguinte forma:

I - Máquinas – empresa(s) autorizada(s) dentro do Estado da Bahia, em um raio de até 500 km de onde serão entregues os itens, sob pena de não ser contratada.

Para tal comprovação deverá ser apresentada no momento da assinatura do(s) contrato(s), documentação comprobatória, sob pena de não contratação.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, nacionais ou estrangeiras, individuais, que atendam às exigências deste documento e seus anexos.

6.1.1. As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.1.2. Poderão participar desta licitação empresa brasileira, empresa estrangeira em funcionamento no País, empresa brasileira representante de empresa estrangeira e empresa estrangeira em funcionamento no País representante de empresa estrangeira.

6.1.3. As licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens, devendo apresentar proposta para a integralidade de cada item a que concorrer, discriminados no Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, e nas Especificações Técnicas – Anexos II e III deste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

6.2. CONSÓRCIO E SOCIEDADES COOPERATIVAS

6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio. A logística necessária para o fornecimento das máquinas, veículos e equipamentos a serem adquiridos cumprindo o objeto já foram divididos em itens específicos para melhorar e ampliar a competitividade o que não exige o envolvimento de empresas com diferentes



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

especialidades, sendo consequentemente pertinente a não formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de máquinas e equipamentos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar do certame em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, reservando-se ainda, a cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), quando for o caso (art. 48, inc. III – LC 147/2014), para os itens: 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28 e 30.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O atestado de visita ao(s) local(is) do fornecimento **não será obrigatório**, porém é de inteira responsabilidade da licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta da licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos objeto desse termo de referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização de Bacias Hidrográficas da CODEVASF, em Juazeiro, no Estado da Bahia, nos telefones: (74) 3614 6234 / 3614 6278 / 3614 6285.

8. PROPOSTA FINANCEIRA

8.1. As propostas financeiras deverão ser apresentadas conforme Carta de Apresentação de Proposta e conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fornecedor de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Ofertados para os equipamentos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, podendo ser adaptada do modelo conforme Anexo II, que é parte integrante deste Termo de Referência;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

- d) Declaração, da própria licitante, que o fornecedor deverá executar todas as tarefas necessárias à instrução da CODEVASF, ou do montador designado, sobre a forma correta de montagem (quando couber), instalação e manutenção dos equipamentos;
- e) Serão de responsabilidade da licitante vencedora o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
 - f1) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
 - f2) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.
- f) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, montagem (quando couber), testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima a licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar os preços dos materiais e serviços ofertados em R\$ (reais), com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO/FINANCEIRA

9.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.1.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.1.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.1.2.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os serviços de forma a permitir a constatação da experiência da licitante na execução de serviços de fornecimento de equipamentos, observando o quantitativo mínimo de 30% (trinta



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

porcento) do contingente total de cada item descrito na *Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência*, item 1 deste Termo de Referência.

b) A licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:

b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;

b2) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;

b3) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos da licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.

9.1.3. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações da licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outras licitantes que ofertarem equipamentos dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo III deste Termo de Referência.

9.1.4 As licitantes vencedoras deverão apresentar capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela CODEVASF para cada item da licitação.

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

I. Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

i. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

ii. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

iii. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

iv. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

II. Comprovação da boa situação financeira da empresa, confirmada por meio de consulta “online” ao SICAF, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

- LG: Liquidez Geral
- SG: Solvência Geral
- LC: Liquidez Corrente

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, **R\$ 104.460.195,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil, cento e noventa em cinco reais)**, a preços de julho e agosto/2023, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de referência.

11. PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1. O prazo para vigência da Ata será de 12 (doze) meses, após sua assinatura.

11.2. O prazo máximo para a entrega das máquinas e equipamentos será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento (OF).

11.3. O prazo de entrega será contado a partir da data de emissão e envio da Ordem de Fornecimento ao fornecedor vencedor do item, passível de aditivo de prazo se houver manifestação antecipada do fornecedor e com a devida justificativa da contratada.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em R\$ (reais), contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF.

12.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada, conforme estabelece o Art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93.

13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1. Os preços para estes fornecimentos serão fixos e irrevogáveis.

13.2. Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

$$R = V. \left[a. \frac{MOi - MOo}{MOo} \right]$$

Onde:

- R: valor do reajustamento
- V: valor a ser reajustado
- a: máquinas agrícolas – 100%
- MOi: Refere-se ao índice 1416650 – IPA-EP-DI Máquinas, aparelhos e equipamentos, correspondente ao mês de aniversário da proposta;
- MOo: Refere-se ao índice 1416650 – IPA-EP-DI Máquinas, aparelhos e equipamentos, correspondente à data de apresentação da proposta.

13.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

14.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

14.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.2.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

14.2.2. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

14.2.3. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato.

14.3. A Codevasf, por meio da fiscalização, terá 90 dias para verificar a adequação dos fornecimentos recebidos com as condições contratadas, vistoriar os equipamentos disponibilizados e emitir parecer conclusivo.

14.4. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

14.5. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica.

15. FISCALIZAÇÃO

15.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos/serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados na forma do Art.º 67, da Lei 8.666/93, a quem compete verificar se a Licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

15.2. A fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

15.3. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da fiscalização, aos fornecimentos, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

15.4. A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas, responsável pela execução do contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

15.5. Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.6. Das decisões da fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

15.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Fornecer os equipamentos descritos nesse Termo de Referência, na quantidade, qualidade e condições indicadas, a partir da ordem de fornecimento emitida pela contratante.

16.2. A licitante fica obrigada a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

16.3. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

17.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

17.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

17.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

17.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

17.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

17.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos contratados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

17.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

18. GARANTIA DOS MATERIAIS

18.1. A garantia consta das Especificações Técnicas – Anexo III, parte integrante deste Termo de Referência.

19. CONDIÇÕES GERAIS

19.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

20. ANEXOS

20.1. São ainda, documentos integrantes deste termo de referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I – Justificativa
- Anexo II – Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços
- Anexo III – Especificações Técnicas
- Anexo IV – Mapa de Riscos